



**A construção da mulher em múltiplos contextos:
metarreflexividade nos paradigmas da performance,
da microrresistência e da agência**

*The construction of women in multiple contexts:
meta-reflexivity in the paradigms of performance,
microresistance and agency*

MARIA DAS GRAÇAS DIAS PEREIRA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Brasil

MAYARA DE OLIVEIRA NOGUEIRA

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Brasil

RENATA MARTINS AMARAL

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Brasil

Recebido: 30 de julho de 2020 | Aceito: 23 de abril de 2021

DOI: 10.35956/v.21.n1.2021.p.127-146

RESUMO

O paradigma da diferença/dominação ou a teoria do déficit sobre a linguagem da mulher, face à linguagem masculina, surge principalmente a partir de Lakoff (1975). Entendendo a relação entre gênero feminino e a sua atuação em múltiplos contextos, o objetivo do presente artigo consiste em uma atividade metarreflexiva em estudos entre paradigmas da diferença/dominação, *performance* (Buttler [1990] 2005), microrresistência (Pinto; Fabrício 2013) e agência (Asad 2000). Elegemos, para a finalidade, pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisa. Discutimos, em especial, segmentos de duas pesquisas (Amaral 2018; Nogueira 2018) com trânsitos performático-emocionais de duas mulheres. A metodologia das pesquisas é qualitativa, interpretativa, de caráter netnográfico (Kozinets 2014) e autoetnográfico (Ellis; Bochner 2000). Os resultados indicam que as mulheres, embora se pautem também pelo paradigma da diferença/dominação, tendem a ser questionadoras e agentivas em sua prática social.

PALAVRAS CHAVE: *Gênero. Interação. Metarreflexividade. Performance. Microrresistência. Agência.*

RESUMEN

El paradigma de la diferencia/dominación o la teoría del déficit sobre el lenguaje de las mujeres, en comparación con el lenguaje masculino, surge principalmente de Lakoff (1975). Entendiendo la relación entre el género femenino y su desempeño en múltiples contextos, el objetivo del presente artículo consiste en una actividad meta-reflexiva en estudios entre paradigmas de diferencia/dominación, desempeño (Buttler [1990] 2005), microrresistencia (Pinto; Fabrício 2013) y agencia (Asad 2000). Elegimos las investigaciones realizadas en un Grupo de Investigación. En particular, discutimos segmentos de dos estudios (Amaral 2018; Nogueira 2018) con tránsitos desempeño-emocionales de dos mujeres. La metodología de investigación es cualitativa, interpretativa, netnográfica (Kozinets 2014) y autoetnográfica (Ellis; Bochner 2000). Los resultados indican que las mujeres, aunque también se guían por el paradigma diferencia/dominación, tienden a ser cuestionantes y activas en su práctica social.

PALABRAS CLAVE: *Género. Interacción. Metareflexividad. Performance. Microrresistencia. Agencia.*

ABSTRACT

The difference/domination paradigm or the deficit theory about the language of women, compared to male language, arises mainly from Lakoff (1975). By understanding the relationship between the female gender and women's performances in multiple contexts, the objective of the present article is a meta-reflexive activity in studies between difference/domination paradigms, performance (Buttler [1990] 2005), micro-resistance (Pinto; Fabrício 2013) and agency (Asad 2000). For the purpose of this article, we elected researches carried out in a Research Group. Therefore, we discussed segments of two studies (Amaral 2018; Nogueira 2018) with perfor-

mance-emotional transits of two women. The research methodology is qualitative, interpretive, netnographic (Kozinets 2014) and autoethnographic (Ellis; Bochner 2000). The results indicate that, although women are guided by the difference/domination paradigm, they tend to be questioning and active in their social practices.

KEYWORDS: *Genre. Interaction. Metareflexivity. Performance. Microresistance. Agency.*

Introdução

No presente artigo, procuramos fazer uma atividade metarreflexiva a respeito de paradigmas de pesquisa sobre gênero, linguagem e interação social a partir de uma perspectiva teórica e analítica que privilegia a narrativa e a interação. Para tanto correlacionaremos estudos realizados na linha de pesquisa “Discurso, práticas cotidianas e profissionais”¹, no Grupo de Pesquisa “Linguagem, Cultura e Trabalho” (CNPq/PUC-Rio), vinculado a uma universidade brasileira. Faremos uma breve imersão nas pesquisas construídas *por* mulheres que compõem este grupo e nos debruçaremos em duas pesquisas específicas que têm como participantes-protagonistas duas mulheres cujas performances são marcadamente agentivas (portanto, pesquisas *sobre* mulheres). Tal atividade metarreflexiva é aqui construída com o objetivo de analisar, qualitativamente (Denzin; Lincoln [2003] 2006), os trânsitos performático-emocionais dessas participantes: uma mulher com câncer de mama e uma mulher periférica que interpela por serviços jurídicos para proteger seu filho injustamente preso.

Ao dizermos que este estudo busca estabelecer uma atividade metarreflexiva, nos alinhamos ao que Giddens ([1990] 1991, p 45) concebe por *reflexividade* da vida social moderna, isto é, de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. Isso significa dizer que essa (meta)reflexividade é um processo em andamento, no qual o sujeito se vê liberto das tradições para escolher seu destino, ao mesmo tempo em que convive com as velhas tradições.

Os paradigmas teóricos de nossa atividade metarreflexiva são os da diferença/dominação (Lakoff 1973), da performance (Butler [1990] 2005), da microrresistência e da agência (Pinto; Fabrício 2013), com foco principal nos três últimos. Ressaltamos que nossas reflexões se pautam no aparato teórico-metodológico das pesquisas narrativo-interacionais, notadamente da Análise da Narrativa e da Análise da Conversa, que compreendem pesquisas com transcrição e segmentação como atividades analíticas plenas. Quanto aos métodos, estão entre a netnografia (Kozinets 2014) e a autoetnografia (Ellis; Bochner 2000), ambos adiante qualificados.

As perguntas de pesquisa, no âmbito da atividade metarreflexiva, são: a) Quais são os pressupostos em relação aos paradigmas de pesquisa, com foco na linguagem e nos lugares de inserção social da mulher? c) Que paradigmas se manifestam nas pesquisas realizadas em nosso Grupo de Pesquisa? d) Qual é a nossa contribuição de ordem interacional e social na realização dos estudos?

1. A presença da mulher em abordagens teóricas

Nesta seção, desenvolvemos diferentes paradigmas, com perspectivas teórico-metodológicas, que orientaram pesquisas com foco na mulher e em sua interação social.

1 Linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

1.1 A linguagem da mulher e as relações de diferença, déficit e dominação

Dentre os paradigmas dos estudos da linguagem que se voltam para questões de gênero, destacamos inicialmente o paradigma da diferença e da dominação, a partir de Lakoff (1973: 51-53), que tem por foco a denominada “linguagem da mulher”, com observação das seguintes marcas: (a) no vocabulário, mediante uso de adjetivos qualificativos, indicadores de admiração e aprovação; de advérbios de intensidade *so/much/very* (cf. p. 51-52); (b) nas frases, em declarações com entoação de pergunta e uso de *tag questions* (p. 53); no uso de hedges *bem, você sabe, tipo de* - modificadores que permitem diminuir a força de uma asserção; em eufemismos e paráfrases; em frases simples e incompletas; na hipercorreção gramatical, no uso da sintaxe formal; (c) na pronúncia de prestígio; (d) na interação conversacional, com rapidez na mudança do tópico.

Assim, a “linguagem da mulher”, como a de uma “lady”, sem poder, é vista na contraposição com a linguagem atribuída ao homem (cf. também Pereira; Cortez 2011: 378-379; Wodak 2015: 699). Esse paradigma foi considerado como “da diferença”, por ter sido estabelecido em oposição às características do que se compreendia como uso da linguagem tipicamente masculino. Dado a seu caráter essencialista, a concepção de Lakoff (1973) vem sendo criticada ao longo dos anos por diversos pesquisadores, dentre eles McIlvenny (2002a:1), quem comenta que, para Cameron (1995), esse paradigma – também denominado como “paradigma da dominação” ou de “teoria do déficit” – representa o momento do ultraje do feminismo, com a opressão das mulheres.

Ao longo da história dos estudos da linguagem, pesquisas foram feitas considerando mal-entendidos na comunicação entre homens e mulheres (Henley; Kramarae 1991), comparáveis a duas culturas (Maltz; Borker 1982; Tannen 1990; Kendall; Tannen 2001). Tannen (1993: 165-166) trata da relatividade das estratégias de interação em gênero, entendendo que o significado interacional pode divergir do que as estratégias potencialmente indicariam. Por outro lado, os homens podem dominar a mulher como classe, mas não na interação. Por seu turno, Giora (2002) comenta que, com o paradigma “linguagem da mulher diferente da linguagem do homem”, em essência ou devido à socialização, a linguagem da mulher é considerada como disfuncional e deficiente.

A abordagem da deficiência e da diferença traz implicações de que, para aumentar seu status social, as mulheres devem modificar seus estilos individuais e ajustar-se às normas linguísticas masculinas. Giora (2002) entende que o modelo intercultural é apolítico e também resulta na afirmação da diferença. Por outro lado, a visão de que homens e mulheres fazem parte de duas culturas válidas, mas diferentes, não chama atenção para a necessidade de mudança, mantendo a estrutura social vigente.

Com um olhar diametralmente oposto quanto à noção de diferença e tanto mais relacionado à decolonialidade, Pinsky (2009: 179-180) ressalta que a crítica ao essencialismo não surgiu graças ao pós-estruturalismo, e sim a pesquisas que se debruçaram, por exemplo, sobre “povos dominados” ou determinados grupos étnicos, e a estudos que privilegiaram temas e recortes, como “mulheres negras”, “sociedades orientais”, dentre outros. É nesse sentido que a diferença se tornou assunto do feminismo ocidental “devido não ao pós-estruturalismo, e sim ao desafio ao etnocentrismo; e só a capacidade de descentralizar nossas práticas (tarefa para a qual o pós-estruturalismo fez muito pouco) é que contribui para o desenvolvimento de uma política que *valorize* de fato a diferença” (Pinsky 2009:180, grifo nosso).

Assim, pelo viés decolonial (Resende 2017), não é a diferença que separa os sujeitos, mas o não reconhecimento das diferenças interseccionais de idade, raça, classe e sexo, de tal modo que a recusa

de se reconhecer as diferenças impossibilitaria a identificação e a análise das distorções sociais e interacionais sobre comportamentos e expectativas humanas (cf. Lorde [1980, 1984] 2019). Nota-se que se passa de um olhar “da diferença” para “das diferenças”, no plural, e para além de marcas do uso da linguagem. Portanto, consiste em uma perspectiva da diferença completamente diferente daquela pensada por Lakoff (1973) e Giora (2002).

1.2 A mulher nos paradigmas construcionista, da interação, da performance e agência

Os anos 1990 instauram um debate sobre a melhor forma de abordar o estudo de linguagem e gênero, em um “turno construcionista”, para refletir sobre como o gênero se manifesta em atividades cotidianas e práticas comunicativas, em oposição a uma visão essencialista sobre gênero. Pensar gênero e sexualidade, como nos diz Mcllvenny (2002a:2), torna-se um engajamento performativo dinâmico, mas nunca completo. São ricos os mecanismos para a análise da complexidade de gênero e linguagem na prática cotidiana, na agentividade da fala e na construção das identidades. Os estudos são de diferentes disciplinas: Análise da Conversa (AC), Psicologia Discursiva, Linguística, Sociologia e Comunicação.

Em relação à Análise da Conversa, com foco na interação, o autor retoma a contribuição dos autores clássicos, mas comenta que inicialmente a AC não tematiza gênero na fala (Mcllvenny 2002a: 15). Dentre as pesquisas em AC, a análise de categorias de pertença, por Watson e Weinberg (1982), é uma primeira análise com foco na sexualidade. Para a AC, a análise requer a orientação dos participantes da própria interação (Weinberg 1982: 16) para que se *faça* gênero ou para que gênero se torne relevante para os participantes. As discussões teóricas e as análises empreendidas demonstram que a Análise da Conversa apresenta uma postura de ordem microanalítica, observando “no aqui e no agora da interação” as ações sociais empreendidas.

Kitzinger (2002:73), em “Doing Feminist Conversation Analysis”, discute, em profundidade, posições de pesquisadores, com dados analíticos, e conclui pela inclusão da Análise da Conversa como abordagem analítica para as feministas, para entender e combater a violência, a discriminação legal e a opressão institucionalizada na ordem social (Mcllvenny 2002a: 21).

O “turno da performatividade”, como coloca Mcllvenny (2002b: 113), pode ser traçado a partir de muitos campos e disciplinas, como da filosofia, de Austin, que inaugura o momento da “linguagem como ação”. Austin distingue atos constatativos de atos performativos. Atos constatativos descrevem um estado de coisas, relatam um fato, constatam algo, estão sujeitos a condições de verdade ou falsidade, enquanto atos performativos realizam ações quando emitidos em circunstâncias apropriadas, sujeitos a condições de felicidade (Austin [1962] 1990:21-27).

Em relação aos estudos feministas, Butler ([1990] 2003) introduziu ‘a vez’ da performatividade na teorização feminista. Trata-se de uma teoria pós-estruturalista, para pensar gênero não como algo que somos, mas como um efeito do que produzimos, a partir do que fazemos (Oliveira, 2006: 16). Butler ([1990] 2003) entende que a “nomeação” do sexo é “um ato performativo institucionalizado” (p. 168). Por outro lado, “atos, gestos e atuações (...) são performativos (...), fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (p. 194).

O texto de Livia e Hall (1997) “É uma menina”: a volta da performatividade à linguística”, tradução de Ostermann e Fontana (2010), remete à fala de uma parteira, implicando que tornar-se

menina é motivado. No texto das autoras, o papel do discurso é articulado à teoria da performatividade, que aponta para práticas localizadas de gênero, construídas no discurso.

McIlvenny (2002b: 113, 118-123) expande o “turno da performatividade” buscando explicar como o gênero é produzido e reproduzido nas práticas linguísticas cotidianas. O autor propõe, assim, um ponto de contato entre Análise da Conversa e performatividade, mediante perguntas como as seguintes: 1) Quem é o sujeito de um ato performativo? 2) Que tipo de trabalho é feito em um ato performativo? E que papel a audiência desempenha nesse ato? 3) Os outros se constituem por que práticas performativas? 4) Que *status* o contexto tem na teoria da performatividade? 5) Como é a durabilidade do efeito performativo em ocasiões singulares? 6) A teoria da performatividade assume uma postura construcionista? Ao longo do texto, o autor procura colocar as suas respostas e reflexões.

Em relação à linguística feminista, Cameron ([1998] 2005: 2-13) traz a agenda política. Para a autora, há três temas principais:

- 1) O silêncio e a exclusão: a questão da voz da mulher na fala e na escrita: os gêneros com a voz feminina como ‘fofoca’, diários, cartas escritas, cartões; usos privados da linguagem, no espaço da casa, da família, da comunidade próxima; silêncio da mulher em cerimônias religiosas, política, discurso jurídico, discurso científico; proibições e tabus;
- 2) A representação da mulher na linguagem e no discurso: com preocupações e crenças, como é percebida por usuários e aprendizes; línguas sexistas;
- 3) Como e de que forma nos tornamos *‘gendered’* no comportamento linguístico: reconhecimento da agentividade em construir e mudar a prática linguística; a linguagem é também regulada por normas conservadoras.

No tocante à agência, o tema é complexo e envolve diferentes abordagens. Há vários autores que discutem a proposta, considerando desde a agência através da linguagem, de forma não situada, como a agência individual, o agenciamento com a dominação sobre as subjetividades (Asad 2000; Ahearn 2000, 2001).

De acordo com Ahearn (2000:12), o conceito de agência ganha força nos anos 1970 “inspirado por ativistas que desafiaram as estruturas de poder existentes, a fim de alcançar a igualdade racial e de gênero”, razão que leva alguns acadêmicos a procurar “desenvolver novas teorias que fariam justiça aos efeitos potenciais da ação humana” (Correa 2017: 650).

É nesse horizonte que, segundo Asad (2000: 34), a noção de agência se relaciona à ideia de *representação*, de modo tal que as ações de um agente são tidas como as ações daqueles que o agente representa. Considerando que toda ação é socioculturalmente mediada, tanto na sua produção quanto na sua interpretação, *gênero* emerge da agência linguística e resulta de um processo histórico com base na interação (cf. Ahearn 2001: 125; Correa 2017: 650).

2. A presença da mulher nas pesquisas do Grupo de Pesquisa

Nesta seção, destacamos pesquisas com foco na construção da mulher, desenvolvidas no âmbito de nosso Grupo de Pesquisa “Linguagem, Cultura e Trabalho” (CNPq/ PUC-Rio), na linha de pesquisa “Discurso, práticas cotidianas e profissionais”.

As pesquisas, em termos teóricos e metodológicos, foram conduzidas a partir das seguintes orientações: a) como pesquisas autoetnográfica e etnográfica, com foco no contexto, incluindo observação e participação pelo pesquisador, seja presencial ou virtual; b) gravação da fala-em-interação, reuniões, entrevistas de pesquisa, em que são coconstruídas narrativas (Pereira 2009); c) interações em contextos virtuais, com análise entre a linguagem verbal e não verbal; d) interações na perspectiva da leitura de quadrinhos como prática social. A natureza da metodologia é sempre qualitativa e interpretativa (Denzin, Lincoln [2003] 2006).

Em função da natureza do artigo, destacamos apenas algumas das pesquisas. A pesquisa de Vivas ([2005] 2017), com foco em tirinhas cômicas da série “Mulheres Alteradas”, da cartunista argentina Maitena, alinha-se ao movimento feminista em relação às teorias sobre gênero/sexo (Cameron [1998] 2005) e às abordagens performática/construcionista (Coates 1997; McIlvenny 2002a: 2). A autora analisa as tirinhas selecionadas para a pesquisa em duas perspectivas: da construção de posições e argumentos, entre a linguagem verbal e a não verbal; da leitura como prática social (Kress 1989), feita por mulheres e homens brasileiros. As tirinhas analisadas trazem cenas da mulher, com mudanças socio-históricas no século XX. Os resultados apontam para feminidades em conflito, ora se situando em teorias da dominação social, ora na visão de construção.

No contexto da escola, Mendes (2013) realizou um estudo sobre dislexia com dois jovens universitários (uma jovem do sexo feminino e um jovem do sexo masculino). As bases teóricas foram da Teoria da Narrativa (Labov 1997; Linde 1993), com relações de alteridade e estigmatização, mediante mecanismos de dêixis, de polifonia e de discurso relatado. Destacamos a entrevista e as narrativas com a jovem adolescente (21 anos, filha de pais separados, graduada em História, participante de movimento estudantil), que foi diagnosticada com dislexia no ensino médio, com aproximadamente 16 anos. A análise dos dados mostra que, nas narrativas de experiências no contexto da escola e da família, há a autorreflexão, agentividade e criação de inteligibilidades sobre a dislexia. Há postura reflexiva, engajada e, por vezes, emotiva, da jovem universitária.

No contexto da comunidade externa à escola, o foco de interesse do estudo de Fernandes (2011) foi a família, de classe social popular, em que as mulheres são figuras centrais. A pesquisa foi feita em Caxias, em uma região de periferia, Morro do Sossego, junto ao Instituto Vila Rosário, em um projeto de atendimento à tuberculose, doença presente na região, em um projeto de atendimento à tuberculose. Uma das agentes comunitárias de saúde do Instituto foi participante da pesquisa. Ela era quem sempre acompanhava a pesquisadora em visitas às famílias. A natureza da pesquisa foi etnográfica e com gravação de dados. Foram estudadas as construções identitárias das seguintes famílias: de Sílvia (4 filhos e o esposo), de Laura (mãe solteira, com um filho e instabilidade sobre a sua guarda), de Maria (com três filhos e um neto) e de Mara (oito pessoas, aproximadamente). As mulheres se constroem de diferentes formas, na instabilidade financeira e afetiva, às vezes como provedoras, outras vezes como dependentes de pensão e do auxílio de programas do governo.

No mesmo contexto, foi realizada a pesquisa de Cortez (2011), com foco em narrativas de agentes comunitárias de saúde do Instituto de Vila Rosário. Mediante o projeto de pesquisa que tínhamos com o Instituto, foi possível participar de reuniões com a direção e as agentes e gravar as reuniões. As agentes sempre contavam histórias de atendimento aos moradores, em relação à tuberculose. Cortez faz perguntas de pesquisa sobre como eram as narrativas das agentes, que papel desempenhavam e como os moradores eram projetados. A pesquisa tem por bases teóricas Teorias sobre a Narrativa, Performance e Agência. Como indica Cortez (2011), as narrativas das agentes

eram performáticas, partilhadas, com agência e incômodo no tratamento da tuberculose junto às condições sociais dos moradores, que também indicavam agência, mas também passividade e subordinação, frente aos problemas enfrentados com a doença. Em artigos em coautoria (Pereira; Cortez 2011, 2013), resultados foram publicados, com destaque para as questões sobre a performance narrativa e a agência.

Essas são algumas das pesquisas do Grupo de Pesquisa que indicam que a atuação da mulher brasileira, no contexto do Rio de Janeiro – Brasil, vai além do paradigma da diferença/dominação, inserindo-se com predominância nos paradigmas construcionista, da performance e da agência.

3. O posicionamento protagonista feminino como microrresistência: “A forma de lidar conosco (pacientes oncológicos) PRECISA mudar”

De acordo com Pinto e Fabrício (2013), a compreensão de questionamentos a respeito das práticas discursivas e de suas relações com os processos de exclusão social, as construções identitárias de sujeitos sociais excluídos, e os impactos identitários com experiências de marginalidade contribuem para a compreensão das relações entre linguagem e sociedade. As autoras afirmam ainda que, quando os “significados ganham algum grau de estabilidade sócio-histórica, em geral são percebidos como manifestações de poder de uns, dominantes, sobre outros, dominados” (2013: 13). No entanto, podem também surgir movimentos de resistência contra o poder, visto que todo poder gera resistência e todo micropoder produz microrresistência.

Diante dessa perspectiva de efeitos discursivos na ordem social, em permanente negociação e movimento, determinadas manifestações de microrresistência e agenciamento podem sinalizar posicionamentos protagonistas, como demonstrado na pesquisa intitulada *De lagarta a borboleta: protagonismo de mulheres com câncer de mama em redes sociais* (Amaral 2018). No estudo, a autora investiga o protagonismo discursivo-social de duas mulheres em tratamento de câncer, que utilizam múltiplos ciberespaços para compartilharem suas histórias de vida e, além disso, empoderarem outros sujeitos. A pesquisa é de caráter netnográfico (Kozinets 2014) em uma perspectiva *multi-sited* (Marcus 1995). O excerto, a seguir, faz parte de uma entrevista escrita, sem edições ou correções gramaticais/ortográficas, feita com Vitória (nome fictício), participante da pesquisa. A entrevista foi postada no *site* do Instituto Oncoguia – instituição brasileira de apoio às pessoas em tratamento de câncer, parentela e amigos.

O fato de Vitória se construir como uma mulher “plena”, “integrada”, “segura” (linha 87) e informada, no excerto em análise, faz com que se posicione para a audiência do *site* institucional Oncoguia como uma protagonista-combatente na luta contra o câncer de mama. Assim, a narradora, que luta contra a opressão com utilização de atos agentivos (Martins Ferreira 2017), assume uma posição de liderança em uma dimensão mais ampla, que extrapola o nível textual e pode vir a influenciar seus interlocutores.

À medida que Vitória se manifesta nas redes sociais por meio de uma linguagem emancipatória (Duranti 2004) e de agência combativa, ela expressa suas crenças, convicções e atitudes. Essa voz que parte de dentro da comunidade oncológica, além de demonstrar pertencimento, tem impacto sobre outros sujeitos.

EXCERTO 1

Protagonismo e microrresistência.

86	Instituto Oncoguia – Como está a sua vida hoje?
87	Vitória – Plena. Me tornei uma mulher integrada e segura. Aprendi a
88	valorizar as pequenas coisas da vida e principalmente a viver um dia
89	de cada vez. Mudei meus hábitos e ganhei qualidade de vida.
90	Instituto Oncoguia – Conte-nos sobre o seu trabalho e seus planos.
91	Vitória – Minha profissão é minha verdadeira paixão. Porém,
92	infelizmente fui surpreendida com uma atitude nada ética. A empresa
93	em que eu trabalhava me demitiu após meu diagnóstico. Este fato
94	não merece sequer meu comentário, apenas o meu desprezo.
95	Enquanto durar meu tratamento, estarei afastada pelo INSS. Possuo
96	muitos planos, inclusive a publicação de um livro ao qual já estou
97	me dedicando. A Fan Page no Facebook me fez interagir com um
98	mundo novo e me trouxe gratas surpresas. Hoje, além de trabalhos
99	voluntários no setor de oncologia (como por exemplo o banco de
100	chapéu, lenços e perucas), também dou palestras corporativas e
101	motivacionais, com foco em superação de desafios, como lidar com
102	mudanças e a capacidade de resiliência do ser humano, com base
103	em minha vivência a respeito do assunto. Enfim, sigo aprendendo a
104	cada dia. Tem coisa melhor? Pode parecer ironia, mas o câncer me
105	trouxe muitas alegrias, apesar da dor e do sofrimento causado pelo
106	tratamento.
107	Instituto Oncoguia – Você buscou se informar? De que maneira?
108	Vitória – Muito! Me cadastrei em vários sites, li muitos livros e con-
109	versei incansavelmente com meus médicos. A cada literatura nova eu
110	levo as dúvidas e os questionamentos para o corpo clínico que cuida
111	de mim. O resultado é incrível. Uma relação de confiança e verda-
112	de, acima de tudo. Costumo brincar dizendo que já sou PHD em
113	oncologia.
114	Instituto Oncoguia – Como você conheceu o Oncoguia?
115	Vitória – Minha médica oncologista me apresentou o Oncoguia já em
116	minha primeira consulta.
117	Instituto Oncoguia – Você tem alguma sugestão a nos dar?
118	Vitória – Minha batalha é pela desmistificação. Câncer não pode mais
119	ser associado a uma sentença de morte. Em minhas palestras, quando
120	são abertas às perguntas, as dúvidas são sempre as mesmas. É preciso
121	mudar o olhar do mundo, da sociedade, dos governos, das operadoras
122	de saúde, enfim.
123	A forma de lidar conosco (pacientes oncológicos) PRECISA mudar.
124	É por esse motivo que eu criei minha página no facebook intitulada
125	TENHO CÂNCER, E DAÍ?

Ao buscar compreender as posições tomadas por Vitória, na ocasião em tratamento oncológico, diante de discursos com a letra ‘d’ maiúscula (Gee 1990) e do *self*, identificamos a proeminência

de seu posicionamento face a três relações: a relação vínculo empregatício-paciente², a relação médico-paciente e a relação mundo-paciente oncológico.

Sem manifestar muito interesse em contar o porquê de a empresa onde trabalhava tê-la demitido após seu diagnóstico de câncer de mama, Vitória avalia essa atitude como “nada ética” (linha 92). Além disso, também avaliando, a narradora/protagonista comenta com seus interlocutores: “Este fato não merece sequer meu comentário, apenas o meu desprezo.” (linhas 93 e 94) e anuncia o amparo pelo INSS: “Enquanto durar meu tratamento, estarei afastada pelo INSS” (linha 95). Apesar de Vitória não narrar os trâmites que levaram a sua demissão, a protagonista sinaliza que: (i) sua demissão está associada à descoberta do câncer; e (ii) o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ampara as pessoas em tratamento oncológico.

Na avaliação de Vitória, sua demissão não foi uma atitude ética da empresa. Contudo a protagonista não chega a dizer que foi ilegal. Segundo o *site* da Previdência Total (www.previdenciatotal.com.br), portadores de câncer³ não têm estabilidade no trabalho. A legislação trabalhista não garante à pessoa em tratamento de câncer nenhum tipo de garantia, mas o empregado também não poderá ser demitido ou dispensado em função de haver contraído a doença. A questão é contraditória e, na realidade, na sociedade brasileira, o funcionário que enfrenta um câncer precisa contar com a benevolência da empresa. No entanto, segundo a Constituição Federal, a entidade apresenta uma função social que não deve ser esquecida em momentos difíceis da vida do empregado, como no caso de um diagnóstico positivo de câncer de mama.

De acordo com o relato de Vitória, a empresa com a qual ela mantinha vínculo empregatício não agiu com humanitarismo na relação empresa-paciente diante de seu diagnóstico. E, embora a narradora/protagonista não cite o nome da instituição, ela utiliza as redes sociais como instrumento de denúncia de discriminação por parte da empresa. Em decorrência dessa atitude institucional, Vitória foi amparada pelo INSS.

No que tange à relação médico-paciente, o posicionamento de Vitória é a favor de uma relação humanizada entre essas duas categorias. A narradora/protagonista avalia o corolário de seu envolvimento com o corpo clínico que a acompanha durante o tratamento como “incrível” (linha 111). Ademais, o vínculo entre as partes é avaliado como uma “relação de confiança e verdade” (linhas 111 e 112). Sendo assim, ao trazer esse tópico relacional para a entrevista, Vitória chama atenção para a necessidade do estabelecimento de alto nível de envolvimento entre pacientes e profissionais da saúde durante o tratamento do câncer. Usualmente, os Discursos que circulam em nossa sociedade são: (i) a relação médico-paciente tende a ser caracterizada por um distanciamento, principalmente na esfera pública de saúde brasileira e (ii) os atendimentos clínicos são cada vez mais rápidos. Indo na contramão dessa via de regra, Vitória faz questão de enfatizar que, durante as consultas, ela conversa “incansavelmente” (linha 109) com seus médicos para melhor entender e combater sua doença.

2 Na pesquisa, a autora privilegia o uso do termo “pessoa em tratamento de câncer” ao invés do termo “paciente oncológico”. No entanto, nesse momento da análise, ela utiliza o vocábulo “paciente” no intento de trazer a própria voz de Vitória para a discussão dos dados.

3 O termo “portadores de câncer” é utilizado na página da Previdência (<http://www.previdenciatotal.com.br/integra.php?noticia=7111>)

Finalmente, ao responder à última pergunta da entrevista, Vitória constrói sua identidade em uma dimensão política e profere um discurso contestador a respeito da relação mundo-paciente oncológico. Explicitamente, a protagonista reconhece que sua “batalha é pela desmistificação” (linha 118). Seu objetivo é lutar para que os Discursos estigmatizadores e preconceituosos que circulam na sociedade em que vivemos sejam dissipados. Ao assumir um posicionamento de protagonismo e liderança da comunidade oncológica através do discurso, Vitória clama por mudança “A forma de lidar conosco (pacientes oncológicos) PRECISA mudar.” (linha 123). Assim, ela marca sua posição de líder/protagonista e porta-voz de sua comunidade, cujos movimentos de microrresistência ecoam nas redes sociais (Pinto; Fabrício 2013).

Esses movimentos de microrresistência podem ser observados na medida em que compreendemos os espaços digitais, especialmente as redes sociais, como lugares de promoção de ciberativismo, em que grupos minoritários ou estigmatizados coconstroem pautas comuns. Vitória cria dois espaços, a saber, uma *Fanpage* no *Facebook* e um canal no *YouTube* para tratar de questões relacionadas aos direitos de pessoas em tratamento oncológico e, desse modo, colaborar com a propagação de sua história particular, sublimando-a e universalizando atos de resistência.

4. Performando sofrimento: a universalização do materno sujeitos periféricos

Teorizar *memória* e *sofrimento* (Bastos 2008) pela perspectiva metapragmática é um importante avanço dos pontos de vista (i) teórico, (ii) metodológico, (iii) aplicado e (iv) crítico. Isso porque, (i) do ponto de vista teórico, memória e sofrimento são trazidos para a arena da linguagem e são apreendidos enquanto objetos não dotados de uma essência em si mesmos, mas como constructos sociais produzidos interacionalmente no interior de uma dada comunidade; (ii) um extenso leque metodológico se abre para essa observação, que se estende desde metodologias participativas clássicas aos estudos de natureza (auto)etnográfica; (iii) do ponto de vista aplicado, enfrenta-se dualidades e contradições das construções discursivo-narrativas e analisa-se exclusões e resistências em processos sociais múltiplos numa perspectiva intervencionista, agentiva e transformadora de compreensões e entendimentos mútuos; e, por fim, (iv) refletir acerca dos deslocamentos e das (re)significações teórico-conceituais travados no curso da investigação metapragmática e metarreflexiva possibilita a promoção de um sentido de *alteridade*.

Nesse horizonte, voltamo-nos para a pesquisa intitulada *Narrativas, prática profissional e ética social: negociação e coconstrução de identidades* (Nogueira 2018), em que uma das participantes *perfor*ma sofrimento e interpela uma atitude ético-moral responsiva. Cabe pontuar que esta pesquisa se desenvolveu em escritório de advocacia em que uma das autoras deste artigo trabalha, escritório esse localizado na chamada “Faixa de Gaza Capixaba” - uma zona de conflito urbano dominado pelo tráfico de drogas. O escritório em questão presta, há mais de trinta anos, serviços advocatícios para a comunidade exclusivamente em matérias de Direito do Trabalho e Direito Previdenciário, com o objetivo de efetivar o direito constitucional de Acesso à Justiça previsto na Constituição. Assim, a pesquisa em questão é de caráter autoetnográfico, uma vez que a pesquisadora é *insider* às práticas, saberes, fazeres do grupo observado. Na pesquisa, analisam-se três encontros (duas consultas jurídicas e um almoço) no escritório de advocacia com uma adolescente da comunidade presa ilegalmente por “um crime” que teve repercussão nas mídias sociais, impressa e televisiva. O crime foi noticiado pelas mídias impressa, digital e televisiva que acusavam Ícaro (nome fictício) de - junto a três outros rapazes

- incendiar um ônibus na comunidade como forma de retaliação à ação da Polícia Militar. Um dos aspectos interessantes - além do contexto da comunidade e dos contextos de situação (Ribeiro; Pereira 2002) dos encontros (duas consultas jurídicas e um almoço entre colegas de trabalho) - é a figura de Ísis (nome fictício), mãe de Ícaro, mulher questionadora da prática social e agente mobilizadora da busca pela proteção de um conjunto de direitos do filho que foram infringidos em decorrência de sua prisão ilegal. A mãe do adolescente participa das duas consultas jurídicas em questão, e o adolescente está presente em apenas uma consulta. A transcrição dos dados se deu de acordo com o modelo da análise da conversa etnometodológica (Sacks; Schegloff; Jefferson 1974).

Como se verá, a experiência individual narrada se projeta para além dos limites do estritamente particular, universalizando a experiência do *maternar* sujeitos periféricos subalternizados. É nesse sentido que consideramos tanto as funções sociais da memória como a rede cultural em que está integrada, os sistemas simbólicos, os processos sociais, além dos mundos possíveis e imaginados (Brandão; Germando 2009).

EXCERTO 2

Memória e sofrimento.

284	Ísis	[porque não
285		sai, a lembrança vem. ?ainda MAis quando eu vejo
286		jorna:l, quando eu vejo.. alguma mãe >algum filho
287		preso<, a mã:e naquele <DESESPE:RO>, não
288		tem!?
289	Mayara	Aham
290	Ísis	Aquilo vem à tona! Aquilo parece que minha mente
291		abre, parece que <eu to vendo tudo acontecer
292		DE NOVO>. >É uma coisa que eu acho nunca
293		vai apagar da minha mente<
294	Mayara	Nisso que a gente chama de de u.. u.. o que a
295		gente chama de da:no mor al é exatamente isso! É
296		um dano que a gente sofre:, seja esse dano à nossa
297		ima::gem, que o ?dano à imagem também é um
298		dano mor[a:l
299	Ísis	[É?
300	Mayara	É:: A imagem do seu filho ela ?fo:i afeta:da. E é
301		um direito >CONSTITUCIONAL< que a gente
302		tem de não ser afeta::do.. então, o dano moral pra
303		quê que ele vem? Ele vem pra <RESSARCIR>
304		um dano que você sofreu sobre algum direito da
305		sua <PERSONALIDADE>, que chama assim,
306		né, na lei, né!?
307	Ísis	Uhum
308	Mayara	E <por mais que> se pague por isso, nunca nada
309		vai é APA[GAR
310	Ísis	[Cobri:r
311	Mayara	[É! Cob[rir
312	Ísis	[o que tá aqui dentro

Segundo Bruner (1994), as formas de narrar e as formas de entendimento que as acompanham tornam-se modelos que estruturam a experiência, servindo tanto para esboçar itinerários no passado, quanto para conduzir a narrativa até o presente e o futuro. O excerto acima colacionado traz ao longo do turno de Ísis dois importantes elementos analíticos: de um lado a memória, a universalização e projeção da experiência vivida; e de outro a categorização daqueles que aparecem no jornal como *mãe* e *filho preso* (linhas 284-288). Note que a forma com que Ísis constrói os sujeitos que encenam uma situação de sua vida cotidiana (assistir matéria jornalística em que figuram “mãe” e “filho preso”) apresenta contornos tanto mais empáticos e próximos ao lugar que ocupou e menos próximos aos discursos hegemônicos do tipo “mãe” e “bandido”. Aliás, a própria participante interpela alinhamento para com a advogada em “não tém!?” (linha 288). Há, assim, um fio que une as mulheres que figuram na narrativa de Ísis: desespero (linha 287), maternidade e sistema penal.

De acordo com Brandão e Germando (2009), as narrativas reconstituem a memória pessoal no cruzamento com a memória coletiva, religando a sua existência à existência de uma coletividade passada e presente. Quando consideramos a memória enquanto um aspecto a ser observado, devemos ter em mente – por questões associativas – o que consideramos por passado. Neste estudo, *passado* é percebido enquanto fragmentos da autobiografia em que são destacados “a certa encruzilhada da vida” (Harré 1998: 146). O conceito de memória deste estudo, assim, distancia-se de entendimentos e metáforas de memória enquanto um “arquivo pessoal” e se aproxima de uma perspectiva processual. Compreendemos por *memória*, portanto, uma tessitura semiótica que envolve os modos como as pessoas configuram e comunicam suas experiências num contexto sociocultural e histórico (Brandão; Germando 2009).

Tendo em vista que nossa vida é vivida e contada na interação social, o relato autobiográfico⁴, como qualquer trabalho da memória, apresenta natureza social e dialógica (Brandão; Germando 2009). É justamente essa natureza que aproxima Ísis das mães com o sofrimento televisionado, ou ainda das Mães de Acari, de Cidade de Deus, da Cidade de La Paz: a maternidade vivida na miudeza do cotidiano de comunidades periféricas assombradas pela violência policial e por um sistema penal injusto e punitivo.

Desse modo, a maternidade vivida e possível neste contexto de subalternidade se faz a partir de uma questão com contornos muito próprios a sujeitos cotidianamente submetidos à violências físicas e simbólicas imputadas pelo Estado e pela polícia. Essa maternidade se constrói em um contexto de vivência e sobrevivência de violência policial sob o aparato punitivo. Mais que isso, a construção dessa maternidade, que por sobrevivência de si e de sua cria requer posturas agentivas, caracterizando-se pelo atravessamento de eixos interseccionais de raça, classe, cor.

4 Segundo Brandão e Germando (2009), a investigação das autobiografias leva em conta elementos referenciais (“o que” elas contam), textuais (“como” elas contam) e performativos (o que as narradoras “fazem” ao contar para outra pessoa sua história). Nesse sentido, “a pesquisa em narração autobiográfica no cotidiano revela como a qualidade, o valor, o detalhe e o arranjo dos episódios recontados dependem da pessoa para quem a história é contada, do contexto da narração e do objetivo do narrador no momento de contá-la” (Harré 1998: 143 *apud* Brandão; Germando 2009: 7).

Acontece que a razão de ser do encontro em questão é a moralização do filho frente à comunidade (o rapaz não pôde mais transitar em círculos sociais como antes) e frente à lei. Daí o caráter agentivo dessa mulher, mãe, negra e periférica, que é quem busca o direito desse filho (linhas 294-298; 300-306). Entretanto, a moralização legal não cabe àquele universo - e é exatamente o que se desprende das distinções estabelecidas entre advogada e cliente, com universos simbólicos distintos e observáveis na superfície da interação. Assim, quando Mayara diz (linhas 208-309) que “e <por mais que> se pague por isso, nunca nada vai é APA[GAR”, em fala sobreposta Ísis repara a fala da advogada (“[Cobri:r]”, linha 310), quem ratifica (“[É! Cob[rir]”, linha 311), e prossegue: “[o que tá aqui dentro]”, linha 312. O distanciamento, então, é marcado indexicalizado e metafórico-especialmente situado.

Desse modo, a compreensão metarreflexiva das narrativas de experiência e dos comportamentos interacionais situados tecidos pela microanálise das interações cotidianas dá aso à compreensão do nível macro da vida social, possibilitando, em razão da perspectiva intervencionista em que nos situamos, microestremar o solo que se observa por meio de práticas discursivas de agência e resistência (Pinto; Fabrício 2013).

Assim, a narrativa construída pela mãe-participante além de indiciar a experiência vivida, projeta ações de resistência. Isso significa dizer que, nas práticas interacionais situadas, é possível observar a projeção da esfera macrosociológica às construções de ordem micro. Essa construção, por seu turno, se dá por meio de práticas de compartilhamento do espaço-turno da fala em interação e incorpora a entrada de outros participantes nesse espaço-turno num movimento coparticipativo para a construção de afiliação.

Considerações finais

Nesta seção final, destacamos que foi produtiva a atividade metarreflexiva que estabelecemos no contraponto entre paradigmas de pesquisa “A linguagem da mulher e as relações de diferença e dominação” e “A mulher nos paradigmas construcionista, da interação, da performance e agência” e as pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisa Linguagem, Cultura e Trabalho. Ressaltamos que, ao longo do artigo, trouxemos para discussão pesquisas desenvolvidas *sobre* mulheres e *por* mulheres do Grupo de Pesquisa, a fim de divulgar e compartilhar pesquisas desenvolvidas e/ou em desenvolvimento pelo grupo. Abrimos, assim, diálogo com aqueles que se voltam para a temática ou que possam colaborar com a atividade metarreflexiva.

Enquanto grupo, do ponto de vista teórico, seguimos realizando um estudo reflexivo em relação ao aporte teórico mobilizado, interpelando categorias e pressupostos nas análises nos contextos investigados.

Do ponto de vista metodológico, junto a metodologias tradicionalmente estabelecidas, temos dado ênfase à interação com os participantes, de forma a ouvir o que o(s) outro(s) têm a nos dizer, possibilitando um diálogo entre pesquisador e pesquisados. Os conhecimentos se constroem dos dois lados, entre leigos e pesquisadores. Muito temos a aprender ao ouvir, ao escutar o que o(s) outros têm a nos dizer.

Avançam também as novas etnografias, como a netnografia, em contextos virtuais. As interações contemporâneas mudaram. As novas tecnologias enquanto novos recursos passaram a fazer

parte de nossas vidas. Nossa vida hoje, principalmente com a pandemia mundial, passou a ser redimensionada, assim como as interações. A autoetnografia também nos torna mais reflexivos.

Do ponto de vista temático, cada vez mais as pesquisas que envolvem a atuação das mulheres enveredam por questões da ordem social, trazendo os conflitos vivenciados no dia a dia. Não conseguimos ainda mudar a ordem macrossocial desigual, mas produzimos conhecimento, com movimentos de microrresistência, de agência e com destaque para as questões de ordem moral e ética.

Do ponto de vista crítico, damos continuidade à discussão contemporânea sobre o papel social da mulher, em vários contextos, seja da família, profissional, junto a amigos ou pessoas desconhecidas. Partilhar nossos conhecimentos e discuti-los faz parte de uma atividade metareflexiva e do diálogo com o outro.

Referências bibliográficas

- AHEARN, L. M. 2000. Agency. *Journal of Linguistic Anthropology*, 9 (1-2): 12-15.
- AHEARN, L. M. 2001. Language and Agency. *Annual Review of Anthropology*. 30: 109 -137.
- AMARAL, R. M. 2018. “De lagarta a borboleta”: *Protagonismo de mulheres com câncer de mama em redes sociais*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- ASAD, T. 2000. Agency and pain: An exploration. *Culture and Religion*, 1(1), 29 – 60.
- AUSTIN, J. L. [1962] 1990. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas. [How to do things with words. London: Oxford Univ. Press].
- BASTOS, L. C. 2008. Diante do sofrimento do outro: narrativas de profissionais de saúde em reuniões de trabalho. *Calidoscópio*, 6 (2): 76-85.
- BRANDÃO, T. O. e GERMANDO, I. M. P. 2009. Experiência, memória e sofrimento em narrativas autobiográficas de mulheres. *Psicologia & Sociedade*. 21 (1): 5-15.
- BRUNER, J. 1994. Life as a narrative. Em A. H. Dyson e C. Genishi (eds.). *The need for story: cultural diversity in classroom and community*. Illinois: NCTE Editorial.
- BUTLER, J. [1990] 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAMERON, D. 1995. Rethinking language and gender studies: some issues for the 1990s”. Em S. Mills (ed.). *Language and gender: interdisciplinary perspectives*. London: Longman. pp. 31-44.
- CAMERON, D. [1998] 2005. Why is language a feminist issue? Em D. Cameron (ed.). *The feminist critique of language: a reader*. London and New York: Routledge. pp. 1-21.
- CAMERON, D. (ed.). [1998] 2005. *The feminist critique of language: a reader*. 2nd.[rev.] London and New York: Routledge.

- CAMERON, D. 2005. Language, gender, and sexuality: Current issues and new directions. *Applied Linguistics*, 26(4): 482–502.
- COATES, J. 1997. Competing discourses of femininity. Em R. Wodak e H. Kotthoff (eds.) *Communicating gender in context*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. Cap. 3, pp. 285-314.
- CORREA, D. A. 2017. Sobre o protagonismo na linguagem escrita e novos modos de interação. *RBLA*, 17 (4): 641-66.
- CORTEZ, C. M. 2011. *Narrativas de agentes comunitárias de saúde e de moradores de Vila Rosário: práticas profissionais e discursivas no atendimento à tuberculose*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- DENZIN, N. e LINCOLN, Y. S. [2003] 2006. 2ed. *O planejamento da pesquisa qualitativa*. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed.
- DURANTI, A. 2004. Agency in Language. Em A. Duranti (ed.). *A Companion to Linguistic Anthropology*. Malden, MA: Blackwell, pp. 451-473.
- ELLIS, C. e BOCHNER, A. P. 2000. Autoethnography, Personal Narrative, Reflexivity: Researcher as Subject. Em N. K. Denzin e Y. S. Lincoln (eds). *Handbook of qualitative research*. London: Sage Publication.
- FERNANDES, M. A. 2011. *Famílias e construção da identidade social dos moradores de Vila Rosário*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- GIDDENS, A. [1990] 1991. As conseqüências da modernidade. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP
- GEE, J.P. 1990. *Social Linguistics and literacies: Ideology in discourses*. Bristol, PA: The Falmer Press.
- GIORA, R. 2002. Theorizing gender. Feminist awareness and language change. Em B. Baron e H. Kotthoff (eds.). *Gender in interaction. Perspectives on femininity and masculinity in ethnography and discourse*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins. pp. 329-347.
- HARRÉ, R. 1998. *The singular self: an introduction to the psychology of personhood*. London: Sage.
- HENLEY, N. M. e KRAMARAE, C. 1991. Gender, power, and miscommunication. Em N. Coupland; H. Giles; J. M. Wiemann (eds.) *Miscommunication and problematic talk*. Newbury Park/ California: Sage Publications. pp.18-43.
- HOLMES, J. e MEYERHOFF, M. 2003. Different voices, different views: an introduction to current research in language and gender. Em J. Holmes e M. Meyerhoff (eds.). *The Handbook of Language and Gender*. Maiden, MA: Blackwell Publishing Ltd. pp. 1-18
- KENDALL, S. e TANNEN, D. 2001. Discourse and gender. Em D. Schiffrin e D. Tannen e H. Hamilton (eds.). *The Handbook of Discourse Analysis*. Malden, Massachusetts: Blakwell Pub., pp. 548-567.
- KITZINGER, C. 2002. Doing feminist conversation analysis. Em P. Mcllvenny (ed.). *Talking gender and sexuality*. Amsterdam: John Benjamins. Chapter 2, pp. 49-77.

- KOZINETS, R. 2014. *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso.
- KRESS, G. 1989. "Speech and speakers: the formation of individuals in discourse and genre". Em G. Kress. *Linguistic processes in sociocultural practice*. Oxford: Oxford University Press. Chap. 2, pp. 33-51.
- LABOV, W. 1997. Some further steps in narrative analysis. *Journal of Narrative and Life History*, 7(1-4): 395 – 415.
- LAKOFF, R. 1973. Language and woman's place. *Language in Society*, 2(1): 45-80.
- LINDE, C. 1993. *Life Stories*. New York: Oxford University Press.
- LÍVIA, A.; HALL, K. 1997. "It's a girl': Bringing performativity back to linguistics". Em A. Livia e K. Hall (eds). *Queerly phrased: Language, gender and sexuality*. New York: Oxford University Press. pp. 3-18.
- LORDE, A. [1980, 1984] 2019. Idade, raça, classe e sexo: as mulheres redefine a diferença. Em A. Lorde. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica. pp. 141-54
- MALTZ, D. N.; BORKER, R. A. 1982. A Cultural approach to male-female miscommunication. Em J.J. Gumperz (ed.). *Language and social identity*. Cambridge, Cambridge University. pp.196-216.
- MARCUS, G. E. 1995. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. In: *Annual Review of Anthropology* 24:95-117.
- MARTINS FERREIRA, D. M. 2017. Do semelhante ao mesmo, do diferente ao semelhante: sujeito, ator, agente e protagonismo na linguagem. *RBLA*, v. 17, n. 4, pp. 619-640.
- MCLLVENNY, P. 2002a. Introduction. Em P. Mcllvenny (ed). *Talking gender and sexuality*. Amsterdam: John Benjamins. Chapter pp. 1-48.
- MCLLVENNY, P. 2002b. Critical reflections on performativity and the 'un/doing' of gender and sexuality in talk. Em P. Mcllvenny (ed). *Talking gender and sexuality*. Amsterdam: John Benjamins. Chapter 4, pp. 113-149.
- MENDES, T. R. S. 2013. *Narrativas de experiências de jovens universitários com dislexia: Construções de si e do outro nos contextos da escola e da família*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- NOGUEIRA, M. O. 2018. *Narrativas, prática profissional e ética social: negociação e coconstrução de identidades*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, T. L. de. 2006. *Teoria Queer e estigma: a construção de performances homoafetivas em narrativas de histórias de vida*. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- OSTERMANN, A. C. e FONTANA, B. (orgs) 2010. *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial.

- PEREIRA, M. G. D. 2009. A construção de identidades socioculturais: uma mudança de paradigma? Em M. G. D. Pereira; C. R. P. Bastos; T. C. Pereira (orgs). *Discursos socioculturais em interação*. Rio de Janeiro: Garamond. Cap. 18, P. 541-575.
- PEREIRA, M. G. D. 2011. Resenha/ Review. Em A. C. O. Ostermann; B. Fontana (Orgs.) *Língua-gem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 166 p. D.E.L.T.A., 27:2:377-387.
- PEREIRA, M. G. D.; CORTEZ, C. M. 2011. Narrativas como práticas de agentes comunitárias: a fala 'no' e 'sobre' o trabalho em uma reunião sobre o tratamento da tuberculose. *Calidoscópico*, 9 (2): 80-95.
- PEREIRA, M. G. D.; CORTEZ, C. M. 2013. Agência e performance em narrativas sobre o tratamento da tuberculose em Vila Rosário: projeções do "eu" avaliativo e agentivo. Em J. P. Pinto e B. F. Fabrício (orgs). *Exclusão social e microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias*. Goiânia: Câne Editorial. p. 204-234.
- PINSK, C. B. 2009. Estudos de Gênero e História Estudos de Gênero e História Social. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(1): 296, janeiro-abril.
- PINTO, J. P.; FABRÍCIO, B. F. 2013. *Exclusão e microrresistências: a centralidade das práticas discursivo-identitárias*. Goiânia: Câne Editorial.
- RESENDE, V. M. 2017. [Disponível na internet em <https://www.researchgate.net/publication/322835373>]. Decolonizar os estudos críticos do discurso: por perspectivas latino-americanas. Conferência proferida no XII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso - ALED. Aula Magna, Centro de Extensão, em 18 de outubro de 2017. Santiago: Universidad Católica de Chile. [Consulta: 15 de janeiro de 2021].
- RIBEIRO, B. T.; PEREIRA, M. G. D. 2002. A noção de contexto na análise do discurso. *Veredas*, 6 (2): 49-67.
- SACKS, H; SCHEGLOFF, E. A. e JEFFERSON, G. 1974. A simplest systematic for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, 50(4):696-735.
- TANNEN, D. 1990. *Different words, different worlds. You just don't understand: woman and men in conversation*. New York: Morrow.
- TANNEN, D. 1993. The Relativity of linguistic strategies: rethinking power and solidarity in gender and dominance. Em D. Tannen (ed.) *Gender and conversational interaction*. New York: Oxford University Press. pp. 165-88.
- VIVAS, M. A. [2005] 2017. *"Literatura mulherzinha": a construção de feminilidades nas tirinhas da série Mulheres Alteradas de Maitena*. Curitiba: Apris.
- WATSON, D. R.; WEINBERG, T. S. 1982. Interviews and the interactional construction of accounts of homosexual identity. *Social Analysis* 11: 56-78.
- WODAK, R. 2015. Gender and Language: cultural Concerns. Em J. D. Wright (Editor-in-chief). *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 2nd edition, v. 9. Oxford: Elsevier. pp. 698-703.

MARIA DAS GRAÇAS DIAS PEREIRA é professora Associada 2 da PUC-Rio no Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação Estudos da Linguagem. Supervisora da Linha de pesquisa Discurso, vida social e práticas profissionais. Líder do Grupo de Pesquisa Linguagem, Cultura e Trabalho - CNPq/ PUC-Rio. Pós-Doutorado - Universidade de Lisboa e IL-TEC (2008-2009), Doutorado em Letras - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1993), Mestrado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1981), Graduação em Licenciatura Plena em Letras Português Inglês pela Universidade Católica de Minas Gerais (1976). Desenvolve pesquisas nas áreas da Linguística Aplicada, Análise da Narrativa, Sociolinguística Interacional, Análise da Conversa, Pragmática.

E-mail: mgdpereira@terra.com.br; gracap@puc-rio.br

MAYARA DE OLIVEIRA NOGUEIRA possui pós-doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo (2018-atual). Doutora em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2018). Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo (2013). Graduação em Direito pela Universidade Vila Velha (2011) e em Letras Português pela Universidade Federal do Espírito Santo (2011). Membro do Grupo de Estudos em Alteridade e Política (UFES) e do Grupo de Pesquisa Linguagem, Cultura e Trabalho (PUC-Rio). Interesses: Análise do Discurso, Sociolinguística Interacional, Linguística Aplicada das Profissões, Identidade, Narrativa, Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho, Direitos Sociais e Direitos Humanos.

E-mail: nogueiradv@hotmail.com

RENATA MARTINS AMARAL possui pós-doutorado em Letras/Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2020-atual). Doutora em Letras/Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2018), Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007) e Bacharel e Licenciada Plena em Letras - português/inglês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Integrante do corpo editorial da Revista Percursos Linguísticos, periódico do Departamento de Letras da UFES. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq/ PUC-Rio Linguagem, Cultura e Trabalho. Áreas de interesse: Análise do Discurso, Linguística Aplicada, Análise da Conversa e Sociolinguística Interacional. Tem experiência com estudo de narrativas, identidades, multimodalidade, posicionamento narrativo, protagonismo em redes sociais e netnografia.

E-mail: martinsamaralrenata@gmail.com